

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
7º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Justificativas de alteração de gabarito de itens
(com base nos modelos de provas disponíveis no sítio do CESPE/UnB)

CARGO 1: ANALISTA DO MPU – ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO JURÍDICO – ESPECIALIDADE: DIREITO

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
8	C	-	Deferido c/ anulação
Onde se lê “divido”, deveria ser “dividido”. Dessa forma, opta-se pela anulação do item.			
28	C	-	Deferido c/ anulação
O Manual de Redação da Presidência da República se contradiz ao abordar o assunto exposto no item, pois, ora declara que o destinatário de um memorando deve ser identificado pelo nome e cargo que ocupa, ora apenas pelo cargo. Dessa forma, opta-se pela anulação do item.			
43	C	-	Deferido c/ anulação
A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo, visto que o uso da sigla “MPU” suscitou ambiguidade. Dessa forma, opta-se por anulação.			
59	E	C	Deferido c/ alteração
O item está certo, pois, na situação apresentada, o servidor, de fato, não tem direito adquirido à continuidade do recebimento da gratificação, mas tão somente à irredutibilidade do valor nominal da remuneração, em razão da inexistência de direito adquirido a regime jurídico remuneratório.			
73	C	E	Deferido com alteração
O descanso remunerado não será devido ao empregado que, sem motivo justificado, não trabalhar durante toda a semana anterior. O item não traz essa especificação e, portanto, está errado, motivo pelo qual se opta pela sua alteração.			
83	C	-	Deferido c/ anulação
O item aborda conhecimentos acerca de dispositivo constante da Lei de Registros Públicos, conteúdo que extrapola os tópicos descritos no edital do concurso. Dessa forma, opta-se por sua anulação.			
84	C	-	Deferido c/ anulação
O item aborda conhecimentos acerca de dispositivo constante da Lei de Registros Públicos, conteúdo que extrapola os tópicos descritos no edital do concurso. Dessa forma, opta-se por sua anulação.			
85	C	E	Deferido c/ alteração
Apesar de a adoção da teoria maior da desconsideração ser a regra geral no direito brasileiro, não se pode afirmar, no contexto delimitado pelo item, que o ordenamento jurídico pátrio a adotou plenamente, pois, houve casos, como no CDC, em que foi adotada a teoria menor da desconsideração.			
90	C	E	Deferido c/ alteração
Não está correta a afirmação feita no item. Na verdade, deverá ser dado curador ao réu citado por hora certa ou por edital, desde que haja revelia. Dessa forma, opta-se pela alteração do gabarito.			
91	C	-	Deferido c/ anulação
Por haver divergência doutrinária e jurisprudencial no que tange ao assunto abordado no item, opta-se pela sua anulação.			
120	C	E	Deferido c/ alteração
Segundo o artigo 63 do CPPM, o advogado da Justiça Militar (defensor público) também pode ser assistente do MP. Dessa forma, opta-se pela alteração do gabarito do item.			

CARGO 2: TÉCNICO DO MPU – ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
3	C	-	Deferido c/ anulação
A redação do item não permitiu a interpretação de qual CNJ o epíteto estava se referindo: se o CNJ especulado por aqueles que eram contra sua implementação, ou se o CNJ dos dias atuais, órgão de controle interno do Judiciário. Dessa forma, opta-se pela sua anulação.			
22	C	E	Deferido c/ alteração
Para que se caracterize a improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, deve-se objetivar a percepção de vantagem econômica ou patrimonial direta ou indireta por parte do servidor público ou de terceiros facilitados por aquele, o que não é o caso da situação descrita no item. Portanto, o item está errado e opta-se por alterar o gabarito.			
24	C	E	Deferido c/ alteração
Conforme a Lei nº 8.112/1990, ao servidor que é reincidente em faltas punidas com advertência e que tenha cometido ato de insubordinação grave em serviço, é aplicável a demissão e não a suspensão. Diante disso, opta-se pela alteração do gabarito do item.			
32	C	E	Deferido c/ alteração
Não é verdadeira a afirmação categórica do item, visto que a suposta veracidade de tal assertiva implicaria, por exemplo, em caracterizar como procedimento de becape a cópia (para o <i>pendrive</i>) de um arquivo exclusivamente localizado no <i>pendrive</i> . Dessa forma, opta-se pela alteração de gabarito.			
55	C	E	Deferido c/ alteração
Não é verdadeira a afirmação categórica do item, visto que sua suposta veracidade implicaria no fato de que a justiça militar estadual não é competente para processar e julgar militar que pratique homicídio culposo contra vítima civil, o que não procede. Dessa forma, opta-se pela alteração de gabarito.			
60	E	-	Deferido c/ anulação
O conteúdo do item versa sobre Bens da União (CF, Capítulo II, artigo 20), tópico que não está contemplado nos objetos de avaliação definidos para o cargo no edital do concurso, motivo pelo qual se opta pela anulação.			
64	C	E	Deferido c/ alteração
A regra do quinto constitucional se aplica, de forma expressa, apenas aos tribunais regionais federais, aos tribunais dos estados e do Distrito Federal e Territórios e aos tribunais do trabalho, mas não ao STJ. Portanto, opta-se por alterar o gabarito do item.			
99	C	E	Deferido c/ alteração
Ao contrário do afirmado, a contagem de tempo nos termos propostos pelo item não tem efeito apenas para a aposentadoria, mas também para a disponibilidade. Dessa forma, opta-se pela alteração do gabarito.			